

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 19973.101170/2020-93

EMPRESA: CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.

CONTRARRAZÕES AO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA GESTOR SERVICOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MAO DE OBRA, GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA EIRELI.

CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.783.832/0001-70, com sede Rua Tibúrcio Cavalcante, 2850, Dionísio Torres, nesta capital, CEP – 60.125-101, que ao final subscorre, vem, respeitosamente, apresentar CONTRARRAZÕES ao de Recurso interposto pela empresa GESTOR SERVICOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MAO DE OBRA, GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 02.685.728/0001-20 referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020 promovido pelo MINISTÉRIO DA ECONOMIA, amparada pelo Artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/2002 e Item 11.2.3 do Edital, expondo e requerendo o seguinte:

1. DOS FATOS

A empresa CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA foi declarada vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020. Uma vez vencida, a empresa GESTOR SERVICOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MAO DE OBRA, GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA EIRELI, interpôs recurso nos termos do intencionalamento apresentado nos autos.

Restará esclarecido que não merece ser acolhido as razões do recurso da empresa GESTOR SERVICOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MAO DE OBRA, GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA EIRELI, ora recorrente, pois a mesma não apresenta justificativas legais para as alegações a que faz menção, por isso refuta-se abaixo o recurso da empresa recorrente, comprovando que a empresa CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. cumpriu todos os termos do edital.

2. DO MÉRITO

2.1 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

A recorrente alega que a classificação da empresa Criart Serviços não decorre de legalidade, tendo em vista as exigências contidas no Edital do presente Pregão Eletrônico.

Conforme podemos destacar abaixo:

“Ilustre Pregoeiro, como já foi ventilado acima, em minuciosa análise da documentação de habilitação apresentada pela empresa CRIART, declarada vencedora do presente certame, foi possível identificar uma série de vícios acerca de sua capacidade técnica, os quais deveriam ter ensejado de imediato na inabilitação desta no devido certame. ”

Diante da fundamentação apresentada pela recorrente, bem como a documentação juntada no corpo do recurso administrativo, temos que a Recorrente demonstra, tão somente a sua irrisignação, haja vista que os itens apresentados a saber: 9.11.1; 9.11.1.1; 9.11.1.2 não servem de fundamento para o presente recurso.

A empresa Recorrida, contudo, informa que sua documentação de habilitação encontra em consonância com o Edital, em especial, em relação aos itens 9.11.1.4 e 9.11.1.5, que permitem a apresentação, bem como o somatório de atestados distintos para o atendimento do quantitativo de postos, ou seja, dentro do percentual de 50% dos postos licitados e do período de 03 anos, logo, em estrito respeito à Instrução Normativa 05/2017.

Ademais, acerca do argumento da incompatibilidade dos atestados em relação ao objeto licitado, a recorrida, combate o argumento com fundamento no atual entendimento do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO quanto a habilidade das contratadas na gestão da mão de obra, nesses casos, é realmente muito mais relevante para a Administração do que a aptidão técnica para a execução dos serviços, inclusive porque estes apresentam normalmente pouca complexidade.

112. As empresas que prestam serviços terceirizados, em regra, não são especialistas no serviço propriamente, mas na administração da mão de obra. É uma realidade de mercado à qual a Administração precisa se adaptar e adequar seus contratos. É cada vez mais raro firmar contratos com empresas especializadas somente em limpeza, ou em condução de veículos, ou em recepção. As contratadas prestam vários tipos de serviço, às vezes em um mesmo contrato, de forma que adquirem habilidade na gestão dos funcionários que prestam os serviços, e não na técnica de execução destes.

114. O que importa é perceber que a habilidade das contratadas na gestão da mão de obra, nesses casos, é realmente muito mais relevante para a Administração do que a aptidão técnica para a execução dos serviços, inclusive porque estes apresentam normalmente pouca complexidade. Ou seja, nesses contratos, dada a natureza dos serviços, interessa à Administração certificar-se de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar os compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais. É situação muito diversa de um contrato que envolva complexidade técnica, como uma obra, ou de um contrato de fornecimento de bens, em que a capacidade pode ser medida tomando-se como referência a dimensão do objeto – que serve muito bem o parâmetro de 50% usualmente adotado.

132. Dessa forma, é prudente consignar no instrumento convocatório algumas restrições à apresentação de atestados, tais como: obrigatoriedade de o licitante disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da licitude dos documentos apresentados; exigência de terem sido expedidos após a conclusão do contrato ou

decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, somente aceito mediante a apresentação do contrato. É relevante, ademais, que, caso o responsável pela emissão do atestado não mais exista, o contratado apresente outros documentos, como, por exemplo, o contrato que deu suporte ao atestado, capazes de dar suporte à nova contratação. GRUPO II – CLASSE VII – Plenário - TC 006.156/2011-8

Logo, empresa Criart Serviços, apresenta para este torneio uma gama de atestados com números bem superiores de postos do grupo 11, atende perfeitamente as determinações e regras editalícias devendo, portanto, ser mantida sua condição de habilitada.

Ante o exposto, o(a) nobre pregoeiro(a) agiu corretamente ao julgar a proposta da Criart Serviços como a mais vantajosa para a Administração Pública, pois, a mesma, além de cumprir com os ditames do ato convocatório e as normas norteadoras do presente certame, ainda ofertou o menor preço.

2.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA.

A recorrente alega que a classificação da empresa Criart Serviços não decorre de legalidade, tendo em vista as exigências contidas no Edital do presente Pregão Eletrônico, alega que a documentação juntada pela recorrida, não cumpre com os requisitos definidos nos itens 9.10.5.1 e 9.10.5.2 do instrumento convocatório

Salientamos, no entanto, que:

PARA O GRUPO 11 – O ESTIMADO GLOBAL É DE R\$ 59.639.669,16

Valor ANUAL Estimado GRUPO 11 – R\$ 25.559.871,12

CCL Exigido = R\$ 25.559.871,12 x 16,66% = R\$ 4.258.274,53.

Logo, o Capital Circulante Líquido da empresa CRIART SERVIÇOS - (CCL) = AC - PC = 154.132.663,37 - 115.873.465,20 = R\$ 38.259.198,17. Valor muito superior ao exigido que é de R\$ 4.258.274,53, nota-se o incontestável atendimento (item 9.10.5.1).

Ora, a recorrida apresentou documentação relativa à comprovação do Patrimônio e CCL, tudo de acordo com o Edital, devidamente apresentado em seus documentos de habilitação, a sessão inicial do torneio ocorreu dia 03/12/2020, o que torna válida para o certame a apresentação na data da abertura.

Urge destacar, que o Patrimônio Líquido da empresa CRIART SERVIÇOS R\$ 33.205.791,32 é no valor muito superior ao exigido, no valor de R\$ 2.555.987,11, nota-se o incontestável atendimento (item 9.10.5.2).

Portanto, devendo ser julgado improcedente o recurso da empresa GESTOR SERVIÇOS EMPRESARIAIS.

2.2. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório está insculpido no artigo 41, da Lei 8.666/93, que determina:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Os tribunais têm decidido pela desclassificação do licitante que descumprir o art. 41 da lei 8.666/93, veja-se:

TRF-1 - REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA REOMS 119563120124013200 (TRF-1) Data de publicação: 15/09/2014 Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. 1. O edital do certame dispunha expressamente (inciso IV do item 53 que deveriam os licitantes obrigatoriamente comprovar possuírem em seu quadro permanente, na data da licitação, Responsáveis Técnicos nas áreas de engenharia mecânica ou outro profissional de nível superior autorizado, devidamente registrado no CREA. Não cumprida tal exigência - à qual a Administração se acha estritamente vinculada -, resta violado o art. 41 da Lei 8.666 /93 2. Remessa oficial a que se nega provimento.

Ao comentar o art. 41 acima transcrito, o Prof. Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", ensina:

"O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública". (pág. 382).

No dizer do saudoso Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua obra "Licitação e Contrato Administrativo",

"Nada se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital, porque é a lei interna da concorrência e da tomada de preços" (pág. 88).

Portanto, resta claro que a empresa recorrida apresentou sua proposta em consonância com o Edital do presente Pregão, assim, evidenciado que o recurso denota apenas irresignação com a derrota da recorrente, devendo ser julgado totalmente improcedente o seu Recurso.

2.3. DA NÃO VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA E DA LEGALIDADE

Após refutar todas as infundadas alegações da recorrente, é necessário destacar que o julgamento do Douto Pregoeiro, em hipótese alguma, violou os Princípios que regem o processo licitatório, principalmente o Princípio da Isonomia contido na Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) – grifo nosso

Quanto ao caso em tela, assim vem disciplinando a Lei nº 8666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Como no caso em tela não houve qualquer descumprimento das normas legais e/ou editalícias, não há como se falar em violação ao princípio da legalidade, tampouco da isonomia, haja vista que a empresa recorrida fora tratada como todas as outras empresas do certame em questão.

Vê-se aqui uma pífia tentativa do Recorrente de desclassificar a vencedora do certame com argumentos sem qualquer fundamentação jurídica aplicável ao caso concreto, tentando assim prejudicar não só a empresa, como também o processo licitatório em questão. Não merecendo assim prosperar os argumentos da Recorrente, por ser conta de mais lúdima justiça e por respeito aos princípios da licitação.

3. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer ao Ilustre Pregoeiro que mantenha sua decisão que declarou a CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA. vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2020 e julgue IMPROCEDENTE o recurso apresentado pela empresa GESTOR SERVICOS EMPRESARIAIS ESPECIALIZADOS EM MAO DE OBRA, GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E LIMPEZA EIRELI, por ser totalmente carente de fundamentação fática/jurídica.

Nestes termos, pede deferimento.

Fortaleza, 11 de agosto de 2021.

CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA

Fchar